

| 467 | O CASO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO DURANTE O(S) GOVERNO(S) PETISTA(S) NO RECIFE/BRASIL (2001-2012)

Ronald Fernando de Albuquerque Vasconcelos, Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira

Resumo

Após o fim dos governos ditatoriais que se instalaram na América Latina e com o advento da globalização e da hegemonia neoliberal, os governos populares ganharam ampla repercussão enquanto estratégias de contra-hegemonia e resistência na América Latina. A produção de formas alternativas de governo, aliando aspectos da democracia representativa com a mobilização da sociedade resultou em experiências inovadoras de gestão urbana. No Brasil essa prática obteve forte marca com o Partido dos Trabalhadores (PT), caracterizado como um partido de centro-esquerda, que implementou um conjunto de políticas públicas direcionadas para o trato da desigualdade social brasileira. Um caso emblemático dessa realidade foi à política local de saneamento executado durante o governo do PT no Recife/Brasil que buscou ampliar o acesso aos serviços através da tentativa de inserção do elemento “participação social” no processo decisório dessa política. No entanto, no decorrer desse processo, a estratégia de publicização da política de saneamento na cidade culminou em um processo de privatização dos serviços ao final desse governo. Logo o presente trabalho analisou a guinada da agenda municipal na gestão dos serviços de saneamento durante o período de 2001-2012 que correspondeu ao período de governo do PT na cidade.

Palavras-chave: Governo local, Políticas Públicas, Saneamento

1. Introdução

A redefinição da ordem econômica mundial, iniciada com a crise econômica no início da década de 80, influenciou diretamente a Reforma do Estado brasileiro. Nesse contexto, a descentralização, a redemocratização e o novo pacto federativo engendraram novas práticas de políticas públicas que, por sua vez, alteraram em profundidade o padrão de relação Estado-sociedade.

O novo *modus operandi* estatal implicou em um novo padrão de gestão pública, orientado por coalizões políticas voltadas para atender interesses diversos que, em linhas gerais, podem ser caracterizados por duas correntes distintas: a neoliberal e a progressista.

A primeira corrente buscou enquadrar o modelo de gestão pública em consonância com os princípios do neoliberalismo, advogando que a ação dos mecanismos saneadores do mercado (ou racionalmente mais eficientes) seria a melhor maneira de se estabilizar a economia. Para essa corrente a intervenção do Estado seria a causa motriz da crise, visto que as políticas sociais acarretavam elevados déficits orçamentários e a pesada estrutura burocrática estatal inibia o desenvolvimento econômico. A segunda corrente advogava que não só as contradições internas ao capitalismo levariam às crises cíclicas, mas

também ao fato de o Estado socializar os custos do capital, através dos investimentos sociais (educação, tecnologia, infraestrutura, etc.), gerando um excedente social que sofre apropriação privada. Essa relação custo público/apropriação privada teria como disposição o crescimento das despesas públicas mais rápido do que o crescimento dos meios para financiá-la, acarretando uma crise fiscal em longo prazo. Em resumo, do ponto de vista do debate progressista, a crise estaria relacionada à economia e não ao Estado (LEAL, 1990).

No cenário político nacional, a década de 1990 foi marcada pela emergência de novos atores políticos onde essas duas correntes balizaram coalizões políticas que ora podiam ter feições neoliberais ora feições social-democráticas, definindo o processo de implementação de políticas públicas de acordo com a predominância das forças políticas liberais e conservadoras, voltadas para os aspectos relativos à eficiência e à redução do setor público, ou por coalizões social-democratas, garantindo aspectos de controle social. A engenharia de todo esse processo, tanto em seu caráter político quanto burocrático, também foi delineada por um amplo processo de descentralização que pode ser associada não só a inclinações democratizantes, participativas e de responsabilização, mas também a arranjos de modernização gerencial na gestão pública. (MELO, 1996).

Nesse aspecto, as instituições promotoras de políticas públicas acompanharam de perto esse processo. No caso do serviço público de saneamento, este foi estruturado com base no Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) que engendrou um modelo de gestão centralizador e excludente, com base na criação de Companhias Estaduais de Saneamento (CESB's) que prestavam os serviços de forma regionalizada e gerencial (FIZON, 1987; RESENDE, 1994; CARVALHO, 2010; VASCONCELOS, 2011). No entanto, com o redesenho da burocracia estatal, houve uma tendência de descentralização na gestão dos serviços públicos, corroborada com a engenharia institucional delineada pelo novo pacto federativo, onde o município foi elevado à categoria de ente federado, forjando na esfera local a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro e conferindo aos municípios grandes responsabilidades sobre a gestão de serviços públicos.

No entanto, com o recrudescimento da hegemonia neoliberal no cenário nacional, os anos subsequentes à redemocratização foram marcados por uma reforma de cunho gerencial, voltadas para o enxugamento e modernização do aparelho estatal apesar de a Constituição Federal de 1988 ter assegurado amplo papel do Estado na garantia dos direitos sociais. O cenário de crise econômica, herdada do período militar, foi um fator de forte restrição à ampliação da capacidade estatal em ofertar serviços públicos, evidenciando um quadro generalizado de aumento da demanda e incapacidade da oferta. Esse quadro pode

ser definido pelo crescente aumento da pobreza e exclusão social, agravando a histórica condição de desigualdade social existente no Brasil.

Foi posto em prática uma agenda de reformas econômicas estruturais, desde o início da redemocratização, com a adoção de uma política de liberalização da economia e privatização das empresas estatais. Foi aberto o debate entre o novo papel do Estado na regulação e controle dos serviços públicos frente ao agravamento da exclusão social que demandava maior ênfase das políticas sociais. O processo de estabilização econômica, resultou num maior controle da crise fiscal e obteve-se, como consequência, um país que figura entre as dez maiores economias do mundo e ao mesmo tempo possui indicadores sociais que figuram entre os piores (MARICATO e SANTOS JUNIOR, 2007).

Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores (PT) que surgiu com características progressistas, vai ganhando cada vez mais espaço, defendendo um modelo de gestão próprio, denominado de *modus petista de governar*, baseado em um conjunto de práticas locais norteadas pelos princípios de inversão de prioridades (investimento em áreas de baixa renda) e participação social com o uso de instrumentos de participação direta (conferências, assembléias, conselhos, etc) como a melhor maneira de equacionar a dívida social brasileira. O PT defendia a intensificação de políticas sociais e a institucionalização da participação social (democracia participativa) como a melhor maneira de lidar com os problemas sociais brasileiros, tendo em vista que o deslocamento do processo de formulação e decisões sobre políticas públicas deveria passar do âmbito burocrático estatal para a sociedade organizada por meio de espaços institucionais que permitissem o diálogo entre Estado-sociedade.

Tornando-se hegemônico no cenário político nacional a partir das eleições de 2002, ainda em anos anteriores, o PT foi predominantemente um partido que se desenvolveu através de administrações municipais, a esfera de governo mais próxima dos cidadãos, e a partir dessas experiências desenvolveu seu estilo de governo baseado em práticas participativas na gestão pública, a exemplo do Orçamento Participativo (OP) que se tornou uma experiência emblemática do partido (Trevas *et al*, 1999).

No caso, este trabalho analisou o período de três diferentes governos do PT na cidade do Recife (2001-2004; 2005-2008; 2009-2012) onde tentou-se implementar uma política de saneamento baseada nos princípios de inversão de prioridades e participação social como alternativa ao modelo centralizador e excludente praticado pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) existente desde o início do PLANASA na década de 1970. Baseado em informações obtidas em relatórios oficiais e em entrevistas semi-estruturadas

com decisores públicos, foi possível compreender e avaliar o *modus petista de governar* para o setor de saneamento na cidade ao longo das diferentes gestões.

2.1 A Experiência do PT no Recife para o Setor de Saneamento

Em 2001, o PT assumiu a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e iniciou um amplo processo de participação e mobilização popular para definir a política municipal de saneamento. A primeira gestão do PT na cidade do Recife (2001-2004), especificamente no setor de saneamento, foi marcado pela criação de uma Secretaria de Saneamento (SESAN), pela realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento que foi um marco de inserção social no debate sobre a política de saneamento na cidade, pela retórica contrária ao processo de privatização do saneamento, pela implantação do saneamento integrado¹ em áreas de baixa renda (projeto piloto de Mangueira e Mustardinha), pela incipiente inserção do município na gestão dos serviços e pela debilidade política em assinar um contrato que seria a peça fundamental para efetuar as deliberações da Conferência que em linhas gerais estavam voltadas para assegurar o caráter público, municipal e sócio-ambiental que detinha os serviços de saneamento na cidade.

Nesse ínterim foi planejado um arcabouço institucional para inserção do elemento participação social no processo de formulação, implementação e decisão na política de saneamento, ocorrido através a 1ª Conferência Municipal de Saneamento que deliberou, dentre vários aspectos, sobre a criação de um conselho temático setorial, de uma autarquia municipal como estrutura institucional para implementar a política de saneamento e de um fundo municipal de saneamento para garantir o permanente investimento no setor. Todavia, o arranjo institucional formulado para a gestão dos serviços em âmbito municipal não se traduziu em mudanças efetivas.

A estrutura institucional pensada para definir a política municipal de saneamento no Recife pode ser bem ilustrada na Figura 1:

¹ É um modelo de intervenção em saneamento caracterizado por um conjunto de ações intersetoriais entre os segmentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, drenagem, coleta e destinação do lixo; melhoria e/ou construção de instalações hidro-sanitárias das residências, remoção e relocação de famílias, reordenamento urbano, controle de vetores de doenças e educação sanitária e ambiental.

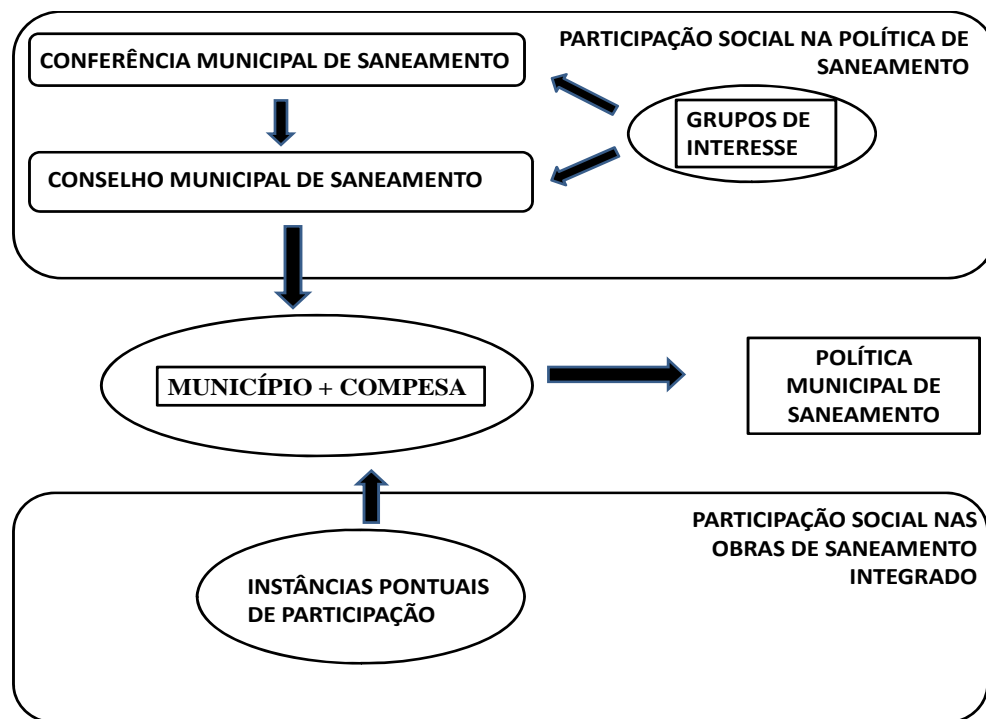


FIGURA 1 - ESTRUTURA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO DO RECIFE

Nesse arranjo institucional, o elemento da participação social é estruturado nos moldes de um corporativismo-comunitário, inserindo e arregimentando os movimentos sociais e diferentes atores dentro do aparelho estatal. A partir dessa formulação, o desenrolar da participação social na implementação da política municipal de saneamento vai passar por constrangimentos e contradições ao longo dos diferentes governos petistas, influenciando diretamente no padrão de gestão municipal.

2.1.1 A Primeira Gestão Petista para o Saneamento no Recife (2001-2004)

Basicamente, no momento inicial, a política municipal de saneamento se materializou através de três estratégias: a concepção de um modelo de intervenção inédito na cidade, o saneamento integrado, sua implantação em áreas de baixa renda, que se deu com o projeto piloto de Mangueira e Mustardinha (inicialmente), e a realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento. É importante salientar que esse processo inicial de construção política de caráter municipal dos serviços de saneamento foi o mais próximo ocorrido em relação ao tipo ideal *modus petista de governar*, voltando-se para atender demandas sociais em conjunto com a participação direta dos grupos de interesses no setor.

No setor de saneamento do Recife, o legado do PLANASA implicava na baixa capacidade de intervenção municipal e, como agravante, o início da gestão petista ocorreu sob forte restrição de investimentos públicos. A realidade era de austeridade fiscal e consequentemente baixa capacidade de investimento municipal, em grande parte devido ao “arrocho” empreendido pelo governo federal nos investimentos públicos, sem contar que a COMPESA também sofria esses reflexos, desde o início da crise fiscal ocorrida nos meados da década de 1980.

No entanto, em 2003 o PT encampou o executivo federal, com a eleição do Presidente Lula. Esse fato representou, até certo ponto, o afastamento da conduta privatizante utilizada em larga escala pelo governo FHC². O governo Lula também foi marcado pela retomada dos investimentos no setor público³.

O projeto político petista se afirmava na participação direta da população sobre a administração pública, legitimando as ações do governo. Com esse mote também vão surgir as Conferências Nacionais que, assim como ocorreu no Recife, vão contar com diferentes atores sociais no processo decisório de políticas públicas.

O governo Lula foi marcado pela retomada dos investimentos no campo do saneamento, fato que facilitava à SESAN a enveredar pela captação de recursos para tocar a expansão do saneamento integrado para outras áreas de baixa renda na cidade.

Marcado por forte mobilização popular, esse período foi rico em contribuições para o arranjo político-institucional no setor de saneamento do Recife. A estrutura sob o qual foi pensado o modelo de participação social ocorreu justamente nesse período. Todavia, a ausência de uma salvaguarda jurídica para regulamentar a situação dos serviços no Recife se tornou um impedimento para qualquer atividade municipal no âmbito da gestão dos serviços além de também dificultar a obtenção de crédito para investimento em áreas de baixa renda. Essa questão, definidora do grau de inserção municipal na gestão dos serviços e, por conseguinte, da estruturação da participação social como elemento definidor do processo somente foi resolvida durante a segunda gestão petista (2005-2008) em condições políticas e

² O governo Lula, com a aprovação da Lei da Parceria Público Privada (PPP), retomou o processo de privatização de forma mais cautelosa.

³ Durante o governo Lula houve o desbloqueio do acesso aos recursos do FGTS para as empresas públicas de saneamento, autarquias e prefeituras municipais, além da disponibilização dos recursos do BNDES para investimentos em saneamento. Esse mesmo período é condizente com o crescimento da arrecadação do FGTS que é a principal fonte de recursos para o setor.

econômicas diferentes daquela que fomentou o desenvolvimento inicial da política municipal de saneamento⁴.

A principal característica desse período foi a tentativa de institucionalização de uma política municipal de saneamento, presente com a criação da SESAN, e a tentativa de inserção do modelo de participação social conforme apresentado na Figura 1. Também nesse período vale considerar o papel da 1ª Conferência Municipal de Saneamento, deliberando sobre a criação de uma autarquia municipal, de um fundo municipal para o setor e de um conselho setorial que somente foram criados no segundo governo do PT.

2.1.2 A Segunda Gestão Petista para o Saneamento no Recife (2005-2008)

Nesse período, as coalizões políticas locais foram marcadas por alianças partidárias diferentes daquelas que marcaram o primeiro governo do PT na cidade. Houve uma ampliação da base governista de natureza eminentemente fisiológica, implicando na velha prática do uso de secretarias como “moeda de troca” entre os partidos da base, uma prática comum no sistema político brasileiro. Ocorreram mudanças na SESAN e no processo de inserção municipal na política de saneamento.

O início desse governo ocorreu com a troca de comando na SESAN, onde se trocou o perfil técnico inicial por um perfil de cunho político, porém mantendo a pasta sob a legenda do PT. Essa mudança significou, no plano de prioridades, uma guinada substantiva de planos, em que a prioridade em resolver questões não equacionadas do ponto de vista institucional (competências institucionais, modelos de gestão, inserção do elemento participação como eixo definidor da política, mecanismos de cooperação, em suma, o momento de construção institucional para se atender a meta da universalização dos serviços) voltou-se para a execução de obras. Enquanto no primeiro governo a prioridade esteve voltado para as questões institucionais o segundo caracterizou-se pelo padrão obreiro.

A priorização de obras não foi por acaso. Nesse período, por parte do governo federal, houve a retomada de financiamento público para o setor, facilitando a captação de recursos para os investimentos municipais que, aproveitando o contexto por oportunismo político, tratou de celebrar junto ao governo estadual de Pernambuco um Contrato de

⁴ Na verdade havia a intenção da assinatura de um contrato de concessão para regularização da situação institucional no Recife, porém foi assinado um Convênio de Cooperação (2005) e um Contrato de Programa (2005) que possuem naturezas jurídicas distintas de um contrato de concessão. O termo contrato de concessão é de corrente emprego pelos técnicos da PCR entrevistados para se referir à situação institucional atual, mas não há de fato (nunca houve) um contrato de concessão.

Programa (2005) e um Convênio de Cooperação (2005) que apenas respaldaram o monopólio da COMPESA na gestão e prestação dos serviços de saneamento no Recife, ao passo que assegurava uma definição institucional que permitia a captação de recursos por parte do governo municipal para realização de obras de saneamento em áreas de baixa renda.

Por fim, o segundo governo petista consentiu uma postura omissa frente ao modelo tradicional de gestão planasiana, evitando o desgaste político-partidário em tentar inserir o município na gestão dos serviços, bem como secundarizou os instrumentos de participação social como eixo definidor da política municipal de saneamento. Nesse último ponto, o elemento da participação social passou a existir na condição de comissões locais onde existiam obras de saneamento integrado, sem qualquer inserção nos processos decisórios acerca dos rumos que deveria tomar a política municipal de saneamento.

Vale salientar que nesse período (2005) foi criada a Autarquia Municipal de Saneamento do Recife (SANEAR), o Fundo Municipal de Saneamento (FMSAN) e o conselho de saneamento do Recife. A SANEAR quando criada marcou a extinção da SESAN, pois até então não havia necessidade de estruturas semelhantes para atuar em saneamento na cidade. Após o primeiro ano de funcionamento da autarquia esta passou a ser moeda de troca entre os partidos da base aliada, fruto dos acordos político-partidários, todavia, a grande quantidade de recursos a serem liberados no período para aplicar em saneamento levou a recriação da SESAN, que ficaria sob a legenda do PT, como estratégia para reaver os recursos previstos. Esse fato levou a uma superposição das estruturas municipais responsáveis por atuar em saneamento no Recife. A SANEAR que ficou sob a legenda do PCdoB passou a ser responsável pelas obras de saneamento integrado em áreas de baixa renda, operando com a menor parte dos recursos, ao passo que a SESAN, sob a legenda do PT, ficou responsável pelas obras de grande porte, a exemplo do Programa PROMETRÓPOLE e do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Cordeiro, e conseqüentemente com o grosso dos recursos existentes. A distinção entre ambas passou a residir no porte das obras a serem desenvolvidas, e no tamanho do orçamento à disposição.

Quanto ao FMSAN, este instrumento passou a ser uma das fontes de recursos da SANEAR para investir em áreas de baixa renda, entrando em funcionamento em 2006 com recursos do BNDES e de repasses anuais realizados pela COMPESA. Por sua vez, os instrumentos institucionais de participação social no setor não vingaram. O conselho de saneamento nunca chegou a se reunir, bem como a Conferência Municipal de Saneamento não mais tornou a acontecer. Esses instrumentos foram concebidos através de deliberações da 1ª Conferência Municipal de Saneamento que foi o principal instrumento de participação

social empregado até então. Não obstante, houve um arrefecimento da participação social no processo decisório, visto que ocorreu uma lógica perversa de burocratização nos processos decisórios, desmantelando os instrumentos existentes.

Ao final da segunda gestão, sob a preparação de acordos políticos para fazer a sucessão de uma terceira gestão do PT, a SESAN foi negociada com o Partido da República (PR).

2.1.3 A Terceira Gestão Petista para o Saneamento no Recife (2009-2012)

A terceira gestão petista foi marcada por uma grave crise de ingovernabilidade, engessando a estrutura municipal no tocante à implementação de políticas públicas⁵. Especificamente, na área de saneamento não existiram novidades. A única novidade nesse período aconteceu no nível estadual, onde em 2011, o governador Eduardo Campos (PSB) anunciou o lançamento de uma PPP para o saneamento na Região Metropolitana do Recife (RMR), objetivando universalizar a cobertura de esgotamento sanitário nesta região e no município de Goiana⁶.

A PPP do saneamento movimentou as organizações sindicais no Estado⁷, que publicaram um “Dossiê de denúncia à privatização da COMPESA (2011)”. Nesse dossiê, contrário a PPP, foi apresentado o projeto piloto - Mangueira e Mustardinha, como uma experiência paradigmática a ser empregada pelo governo do estado, defendendo uma parceria pública-pública para a gestão dos serviços de saneamento na esfera estadual. Ainda no referido documento foi feita alusão as deliberações da 1º Conferência Municipal de Saneamento, que restringia a concessão total ou parcial dos serviços à iniciativa privada. No entanto, houve por parte do prefeito João da Costa (PT) manifestação pública favorável à PPP, enaltecendo a pretensa elevação dos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos em 90% na cidade como um ótimo empreendimento.

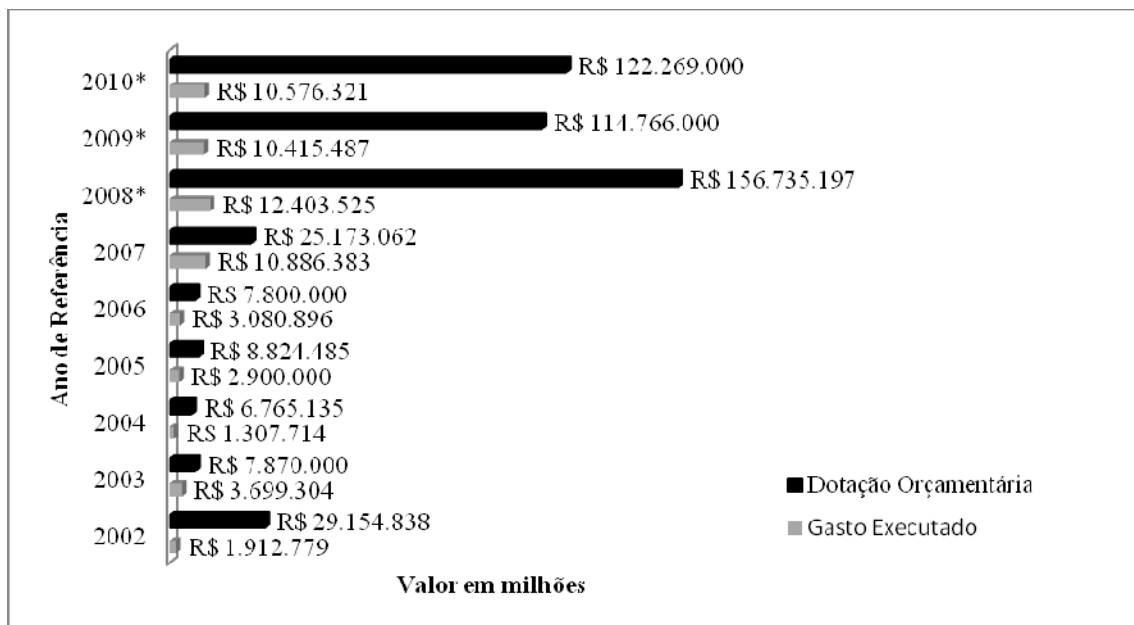
Durante a terceira gestão petista também ocorreu uma forte onda publicitária sobre a alocação de recursos de grande soma para o setor de saneamento, destacando sua importância para a gestão e a prioridade dessa política de alto teor redistributivista na

⁵ A terceira gestão petista no Recife foi marcada por desavenças políticas internas ao PT e entre a base aliada. Inclusive foi alvo de intervenção partidária, impedindo o pleito de reeleição do prefeito João da Costa (PT) em função da candidatura do Senador Humberto Costa (PT).

⁶ Ação de expansão da zona norte da RMR, que está recebendo grandes investimentos com a implantação de um pólo automotivo e de hemoderivados e biotecnologia.

⁷ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco (Sindurb-PE), Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

cidade. Destacava-se, sobretudo, a grande soma de recursos a serem aplicados para sanar o histórico problema social da falta de acesso aos serviços de esgotamento sanitário bem como o grave problema ambiental existente através da poluição de praticamente todos os cursos hídricos no Recife. Segundo dados obtidos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), a aplicação de recursos no setor ficou muito aquém do volume existente em todas as gestões petistas, como pode ser observado no Gráfico 1.



FONTE: LOA's, 2002-2012

GRÁFICO 1 - COMPARATIVO ENTRE AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E O GASTO EXECUTADO EM SANEAMENTO (2002-2010)

*Os dados referentes aos anos de 2008 a 2010 são relativos aos gastos executados apenas pela SANEAR.

Comparativamente os baixos níveis de investimento em saneamento foram uma constante na gestão petista. Seja em função da restrição de recursos e da falta de financiamento que ocorreu na primeira gestão que priorizou os aspectos institucionais, seja com o retorno dos investimentos e a maior transferência de recursos para o setor como ocorreu na segunda gestão. Ou ainda como ocorreu na terceira gestão, onde relativamente existiu uma abundância de recursos, mas faltou à prioridade na sua execução.

De acordo com os dados obtidos, a SANEAR e a SESAN investiram, numa estimativa, ao todo, 57 milhões de 2002 a 2010, que em valores anuais representa cerca de R\$

6 milhões. Em relação ao tesouro municipal, de 2002-2010, esse valor anual representa uma média da ordem de 0,42% de aplicação em saneamento (LOA, 2002-2012).

Inclusive o baixo volume de investimentos no setor é refletido nos baixos índices de atendimento a população que, em linhas gerais, se mostra insuficiente frente a gravidade dos problemas sociais e ambientais existentes. Conforme pode ser visto na Tabela 1, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), o crescimento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário no Recife apesar de apresentar crescimento positivo no período de análise ainda se mostra pouco expressiva.

Tabela 1 - Percentual de Atendimento com Esgotamento Sanitário no Recife Anual por Habitante, Durante a Gestão do PT

Ano	Percentual de atendimento(%)
2000	30%
2001	33,83%
2002	38,75%
2003	40,13%
2004	40,95%
2005	43,98%
2006	40,11%
2007	40,86%
2008	37,31%
2009	38,60%

FONTE: SNIS, 2009

De 2000 para 2009, foi observado um crescimento médio anual da ordem de 0,86% no incremento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário. Nesse ritmo, pensar em universalizar os serviços de saneamento no Recife levaria ao menos 70 anos, caso dependesse apenas da intervenção municipal, considerando o contingente populacional do censo de 2000.

Por fim, a terceira gestão petista no Recife foi marcada pela paralisação das obras que estavam em andamento, pela incapacidade em aplicar os recursos existentes para o setor e pela aproximação com um padrão empresarial de gestão e prestação de serviços, que se deu com o consentimento sobre a PPP do saneamento, gestadas pelo governo estadual.

3. Considerações Finais

Durante os últimos 12 anos nos quais a gestão petista atuou no campo do saneamento observamos 3 fases distintas. A primeira, fortemente influenciada pelo binômio inversão de prioridades-participação social, marcada pela tentativa de fortalecimento institucional do município como titular dos serviços, pela inovação no campo tecnológico empregando o modelo de saneamento integrado e pela realização da 1º Conferência Municipal de Saneamento, aportando um modelo participativo na formulação de políticas públicas. A segunda foi marcada pelo arrefecimento do ímpeto inicial, pela não institucionalização de canais de interlocução direta com a sociedade, mostrando-se incapaz em alargar os conflitos de interesses da arena local para a sociedade, e pela implementação parcial das deliberações provenientes da Conferência. Outro fator de crucial importância foi à concretização do Contrato de Programa (2005) que solidificou a relação institucional entre município e COMPESA, negando as pretensões apresentadas na primeira gestão petista de exercer fiscalização dos serviços e adotando um padrão caracterizado pela execução de obras. A terceira gestão petista ficou caracterizada pela estagnação dos projetos apresentados e pela iniciação de parceria com a iniciativa privada, que ocorreu com a proposta da PPP do saneamento, aproximando a gestão petista das práticas gerenciais defendidas pelas correntes neoliberais.

O caso do saneamento no Recife, longe de se apresentar uma solução, ainda se trata de uma questão não equacionada. A diferença substancial existente entre as três gestões do PT, evidenciou não somente a falta de estrutura institucional para o setor que parece viver em função dos ciclos eleitorais locais e de suas alianças, mas também a contradição existente na retórica populista característica dos governos petistas, onde o elemento da participação social que deveria figurar como um dos pilares de seus governos não passa de um pano de fundo, existindo no interior dos aparelhos burocráticos sem qualquer forma de inserção nos processos decisórios que, no caso de Recife, levou a um processo de privatização dos serviços.

Referências

CARVALHO, Vinicius Marques de. 2010. O Direito do Saneamento Básico, São Paulo, Editora Quartier Lantin.

FIRSZON, Judith T. 1990. A Política Nacional de Saneamento de 1968 a 1984: o caso do PLANASA, Rio de Janeiro, Tese de mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/ FIOCRUZ.

LEAL, Suely Ribeiro. 1990. A outra face da crise do estado de bem estar social: neoliberalismo e novos movimentos da sociedade do trabalho. Campinas-SP, NEPP UNICAMP, Caderno n. 13, p. 1-46.

MELO, Marcus André Barreto Campello de. 1996. Federalismo e política social: as vicissitudes da descentralização. In: Melo, Norma Lacerda De; Leal, Suely Maria Ribeiro (org.) Relação público-privado: do local ao global. Recife, Editora universitária, p. 15 - 41.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2009. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento: diagnostico dos serviços de água e esgotos, Brasília, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

REZENDE, Flávio. 1994. Políticas públicas e saneamento básico: A compesa entre o estado e o mercado, Recife, Dissertação (**mestrado em desenvolvimento urbano**). Universidade Federal de Pernambuco.

TREVAS, Vicente; MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz (orgs.). 1999. Governo e cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo; Editora: Perseu Abramo.

VASCONCELOS, Ronald Fernando Albuquerque. 2011. Enigma de Hidra: o setor de saneamento entre o estatal e o privado, Recife, Editora Universitária UFPE.